



Valor – 08 Mai 2003

Gazeta Mercantil

Governo quer limitar dívidas do setor

Brasília, 8 de Maio de 2003 - Objetivo da medida seria evitar repetição sistemática de casos como o que envolve AES e BNDES. O calote da americana AES com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está sendo usado pelo Ministério de Minas e Energia como exemplo para uma nova medida em estudo. Para evitar que situações semelhantes se tornem rotineiras no futuro, o ministério decidiu solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a adoção de critérios mais rigorosos para limitar o endividamento das empresas do setor.

A "regulamentação preventiva" foi anunciada pela ministra Dilma Rousseff ontem, durante audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, onde falou sobre a crise e as mudanças no modelo do setor elétrico que o governo federal se prepara para implantar. "Práticas de endividamento agressivas que colocam em risco o investimento não podem mais ser admitidas", afirmou a ministra. Ela lembrou que a Aneel já deu um passo nesse sentido ao limitar a dívida em 60% dos ativos das empresas. Mas considera que ainda é pouco.

Diminuição do risco

"No mercado especulativo, a punição é simples: a quebra. Em um mercado que implique investimento de longo prazo, a punição não pode ser a quebra", justificou a ministra, lembrando que na área bancária e nas bolsas a regulação é "pesadíssima". Dilma salientou que a adoção de limites ao endividamento significa a sinalização da diminuição do risco para o investidor. "Assim, esse fica sendo um setor com grande capacidade de investimento", acredita.

O processo de regulamentação vai ser definido por estudos feitos, ou contratados, pela Aneel, com respaldo do ministério. O objetivo, indicou a ministra, é identificar a melhor regulação existente na área. Dilma citou como exemplo a legislação dos EUA. Uma das alternativas para o Brasil, segundo Dilma, é que uma parte seja feita via Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e outra via Aneel.

Para garantir a segurança e a confiabilidade do setor, Dilma diz que a Aneel não pode dispor apenas de multas como elemento de dissuasão. "Em alguns casos, ela tem que impedir a prática de endividamento com ativos de dívida pública." Essa vinculação é uma das razões que levou o ministério a abrir outra frente de ação, esta direcionada para avaliar o grau de endividamento das empresas elétricas. Dilma informou que este trabalho está a cargo de uma comissão formada por representantes dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, além do BNDES e da Aneel.

Apesar de a AES, pelas condições do momento, estar no centro da decisão do Ministério de Minas e Energia, Dilma afirmou que não irá interferir nas negociações do BNDES com a distribuidora. "A questão da dívida é bancária, e não regulatória do setor elétrico."

Durante a audiência, Dilma Rousseff reforçou que o modelo do governo para a ampliação do sistema de linhas de transmissão é o de parceria entre as iniciativas pública e privada. Mas, independentemente do grau de participação, o controle continuará sendo federal. "Controle de transmissão é uma função típica de estado", justificou a ministra.



Ela também informou que as geradoras federais Furnas, Chesf e Eletronorte serão retiradas do Programa Nacional de Desestatização. A privatização da geração era um dos principais pontos do modelo energético implantado no governo Fernando Henrique Cardoso. Dilma disse apenas que o governo pode vender ações dessas empresas.

Dilma anunciou ainda que uma das medidas de emergência de curto prazo para minimizar a sobreoferta de energia no mercado (estimada em 7,5 mil MW) é a correção do preço mínimo da energia no Mercado Aberto de Energia (MAE). "O valor de R\$ 5,5 por MWh não é razoável", disse, acenando com a possibilidade de o valor ser elevado para algo entre R\$ 18 e R\$ 19.

Com essa decisão, o ministério compensaria parte da perda de receita das geradoras, estimada por Dilma em cerca de R\$ 4 bilhões. "A sobra é filha do racionamento. Se não cuidar, ela vira racionamento novamente", alertou a ministra.

A longo prazo, Dilma anunciou que é crucial ter um planejamento estratégico global e que essa função será desempenhada por um agente ligado ao ministério, que funcionará como um instituto de pesquisa e planejamento energéticos. "Ainda não precisamos a característica institucional. Ele pode começar como departamento e migrar para uma instituição", afirmou.

Imposição perigosa

Em relação aos novos preços propostos para o mercado atacadista, o presidente do conselho de administração do MAE, Antônio Carlos Fraga Machado, afirma que é favorável não apenas a um piso, mas também a um teto para o preço do mercado. "Assim não se sofre com a grande volatilidade e se dá maior segurança para o investidor", disse.

Já os comercializadores, que operam justamente nas sobras de mercado e nos contratos diretos com grandes consumidores, acham que a imposição de um preço pode ser perigosa. "Não existe solução mágica. Definir em uma canetada o valor correto, coisa que técnicos do setor não conseguiram até agora, pode ser muito perigoso", disse Maurício Corrêa, diretor de relações institucionais da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). Segundo ele, técnicos do governo e dos agentes estudam, há anos, uma forma de estabelecer um mecanismo justo para a formação de preço.

Embora tenha comentado o possível novo valor do MWh no MAE, a posição oficial da Abraceel é de não comentar as declarações do Ministério a respeito de propostas para novo modelo. "Seria prematuro da nossa parte, porque uma coisa é falar e outra é anunciar oficialmente", diz Corrêa. Segundo ele, a Abraceel não conhece qualquer proposta do governo para o novo modelo. "Encaminhamos há cerca de duas semanas o pedido de uma audiência para conhecer essas propostas, mas não obtivemos nenhuma resposta."

Para o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, a proposta de aumentar nos preços do MAE não vai ter qualquer peso na decisão de investidores interessados em participar de novos empreendimentos do setor. "O aumento do preço da energia que sobra do sistema não tem qualquer influência neste tipo de decisão. O que importa é o mercado de longo prazo.", disse Sales.
